



A Apologia da Historiografia, ou a Prática do Historiador: Pedro Lessa Leitor de João Francisco Lisboa (1913) e de Francisco Adolfo de Varnhagen (1916)

Piero di Cristo Carvalho Detoni¹

Resumo: O presente artigo percebe os modos de apropriação empregados pelo jurista Pedro Lessa junto ao pecúlio historiográfico de dois importantes historiadores do período imperial: João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Os modos de leitura empreendidos por Lessa evidenciam dois modelos historiográficos que se intercambiam diante das exigências colocadas por seu contexto epistêmico. Assim, este texto compreende as formas pelas quais Lessa atualiza os referidos historiadores. Por fim, como provocação historiográfica, se aborda o perfil ideal do historiador de Lessa e a sua atitude perante a experiência da história que subsidia o contexto das primeiras décadas republicanas.

Palavras-chave: Leitura, Pedro Lessa, História da Historiografia Brasileira.

The Apology of Historiography, or the Historian's Practice: Pedro Lessa Leader of João Francisco Lisboa (1913) and Francisco Adolfo de Varnhagen (1916)

Abstract: The present article realize the ways of appropriation used by the jurist Pedro Lessa in connection with the historiographical legacy of two important historians of the imperial period: João Francisco Lisboa and Francisco Adolfo de Varnhagen. The modes of reading undertaken by Lessa show two historiographical models that are interchanged in face of the demands placed by their epistemic context. Therefore, this text holds the ways in which Lessa updates these historians. Finally, as a historiographical provocation, the ideal profile of Lessa's historian is approached and his attitude towards the experience of history that entangles the context of the first republican decades.

Keywords: Reading, Pedro Lessa, History of Brazilian Historiography.

Antes de ferir o alvo, e de atingir a unidade dos povos e a democracia universal, será mister atravessar a decomposição social, tempo de anarquia, de sangue talvez e de grandes sofrimentos por certo. A decomposição, sim, começou já; mas não está a reproduzir, dos germens ainda fermentados, o mundo novo e regenerado (LESSA, 1913, p. 77).

João Francisco Lisboa

Convencido igualmente de que a verdade é a alma da História, que só ela pode oferecer harmonia entre os fatos narrados, que a verdadeira crítica da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhuns esforços, afim de remontar às fontes mais puras (LESSA, 1916, p. 632).

Francisco Adolfo de Varnhagen

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduado (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista de Doutorado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



João Francisco Lisboa: O Historiador Público

Os contextos que envolvem a obra de João Francisco Lisboa são tematizados na conferência proferida por Pedro Augusto Carneiro Lessa que estampa as páginas da Revista do IHGB do ano de 1913. O que leva o consagrado jurista a traçar a biografia intelectual do “Timon”? Vale ressaltar que Lisboa é identificado desde o início do estudo como um historiador. Em vista disso, que tipo de história ele produz e qual a figuração da sua prática? Melhor ainda: qual a razão de Pedro Lessa atualizar Lisboa na Primeira República? Antes de qualquer coisa o “Timon” é considerado um “crítico severo”, “frio” e “implacável” das misérias políticas e sociais do Brasil.

A partir das suas atividades como jornalista e como publicista no “Jornal de Timon” emerge, também, a disposição para ser um historiador, na medida em que os temas por ele estudados ou são históricos propriamente ditos, ou são circunstanciados por uma reflexão histórica². Mas vê-se, pois, que a figura ideal de historiador projetada por Pedro Lessa a partir da trajetória do intelectual maranhense é a de um historiador público preocupado com problemas ético-políticos, através, sempre, de um olhar não partidário. Uma historiografia que tem como modelo a obra de Lisboa está, então, conectada às carências de orientação republicanas, sem deixar de se atentar para preceitos cognitivo-disciplinares.

O intelectual maranhense é visto por Lessa a partir do signo da contenda, sendo que em seu “Jornal de Timon” peleja por anos em favor de “ideias extraordinárias, exóticas, inacreditáveis, em nosso meio social” (LESSA, 1913, p. 77). Todas elas, guardadas algumas ressalvas, absolutamente atuais para o contexto da Primeira República no entender do ministro mineiro. Exemplo: o governo e a administração pública competem, havendo aqui certa carga de aristocratismos, aos mais notáveis pela inteligência, pelo caráter e pelo saber. Os governantes devem, enquanto compromisso ético, subordinar-se às leis e respeitar todas as liberdades e todos os direitos dos cidadãos; diante das autoridades, especialmente, no começo dos seus governos, os cidadãos não devem se orientar através de lisonjas exageradas nem devem se humilhar para conseguir algum benefício; a autoridade ideal representa o povo e não é certo

² Jussara Rodrigues da Silva propõe que nos escritos de João Francisco Lisboa são mantidos os valores da pesquisa histórica, a ponto da sua obra ser considerada ciência segundo os protocolos da matriz romântica da história. João Francisco Lisboa “já indicava uma preocupação com a submissão de seu trabalho aos procedimentos de crítica e pesquisa necessários para que ele fosse tomado como verdadeiramente histórico. Trata-se em sua obra de uma concepção de história com pretensões científicas” (SILVA, 2017, p. 44).



que o cidadão somente ao final dos mandatos exija os seus direitos, muitas vezes incitando a calúnia e a revolta.

Evocar Lisboa, pelo exemplo da sua personalidade e pelo caráter da sua obra, significa realizar uma crítica ao estado de coisas do contexto da Primeira República, mais especificamente em um momento no qual há um visível sentimento de desilusão³, ao menos nos ambientes mais intelectualizados em relação ao novo regime político:

Em meio deste vasto tremedal, que é hoje a vida pública no Brasil, em que tudo se afunda e desaparece na mais infecta lama, sobrenadando quase unicamente a absoluta incapacidade, o cretinismo em suas mais expressivas revelações, a suprema inconsciência e o completo e desnudado impudor, a servirem as ambições do mais rombo, estéril e envilecido egoísmo, com a silenciosa aquiescência dos que em imensa legião, perdidos os ideais dos homens civilizados, só cuidam tranquila e sordidamente dos interesses materiais, evocar a figura histórica de João Francisco Lisboa [...], fora para me utilizar de uma imagem outrora muito ao sabor dos nossos políticos e jornalistas, para produzir a mesma impressão que o aparecimento da sombra de Banquo em meio do festim de Macbeth (LESSA, 1913, p. 97).

A passagem é longa, mas proveitosa para compreendermos o pensamento de Pedro Lessa de forma geral. João Francisco Lisboa parece mobilizar em muitos sentidos, a antiga “linguagem tacitista”, quer dizer, os seus escritos têm como destino, via de regra, a crítica aos governantes e aos seus comportamentos. Timon faz Pedro Lessa compreender, nesse sentido, o estado da política brasileira na década de 1910, bem como o modo como cidadãos e cidadãs portam-se na esfera pública. Não é um político que escreve o Jornal. É, pois, um filósofo e historiador. Para Lessa, a filosofia a qual se filia transparece amargura e pessimismo, a saber, as “Memórias de Além-Túmulo”, de Chateaubriand. Eis algumas passagens compiladas por Pedro Lessa dos escritos de Lisboa e que atualizadas respondem a um certo conjunto de carências de orientação do contexto republicano:

A falta de energia na época em que vivemos, a ausência das capacidades, a nulidade ou degradação dos caracteres por via de regra esquivos à honra e voltados ao interesse; a extinção do senso moral e religioso; a indiferença para o bem e para o mal, para o vício como para a virtude; o culto do crime; a inércia e apatia com que assistimos a acontecimentos que em outros tempos teriam resolvido o mundo; tudo isto inclinaria a crer que o desfecho se aproxima, vai levantar-se o pano. E começar novo espetáculo – de nenhum modo (LESSA, 1913, p. 77).

Percebe-se que essa passagem lapidar de Lisboa se acopla à crítica social que Pedro Lessa realiza em sua conferência na “Sociedade da Cultura Artística”. Há, ali, alguns *topos* temáticos, lugares-comuns ético-políticos, que denunciam o estado atual da sociedade brasileira

³ “É esse o tempo que se convencionou chamar de “desilusão republicana”, uma forma de pensar e de sentir a produção artística e intelectual profundamente impregnada pelo ceticismo e o desencanto” (ALMEIDA, 2008).



na década de 1910, além de percepções sobre a passagem do tempo que parecem se repetir, todas elas apropriadas por Lessa e que tornam Lisboa⁴ “atualíssimo” nas primeiras décadas da República. Em termos ético-políticos o texto do Timon desmascara uma crise da moral pública republicana, sendo o país devorado pelos egoísmos interesseiros e individualistas. Ademais, há, correlatamente, falta de padrões valorativos que sustentem o regime político aludido a partir de uma vida cidadã saudável. Temporalmente, no plano da historicidade, a sensação é de morosidade e de imobilidade. Mas, Pedro Lessa efetua um diagnóstico presentista para aquela sociedade brasileira?

Aline Menoncello (2015, p. 5) pontua que o jurista mineiro é mais um personagem da década de 1870, momento em que luta contra o sistema escravista e deseja o fim da Monarquia parlamentar. Todavia, naquele “momento ele não era mais um estudante, mas um juiz do Supremo Tribunal Federal e lutava contra as imprudências do governo e as perseguições políticas, e defendia a liberdade de expressão. Por isso, Lisboa é para Pedro Lessa um exemplo de patriota “crítico”, “frio” e “implacável”.

Lessa compila o Timon fazendo da sua voz um uníssono com a sua. Os temas são, ainda, os da corrupção de homens e de mulheres, da ética como princípio de responsabilidade na esfera pública e do crescente egoísmo, individualismo e materialismo de cidadãos e de cidadãs. Pedro Lessa se apropria das ideias de João Francisco Lisboa – não é tão somente uma conferência a partir de uma leitura passiva. A cada citação pinçada dispara um tema contemporâneo, sobretudo, da alçada ético-política. As apropriações de Lessa servem para clarear o universo político-social da Primeira República e ele faz, como igualmente fez Lisboa, uma crítica à política em sentido *lato sensu* e não partidário. Vejamos a passagem do Timon:

Ninguém creia que atrás dos homens atuais se ocultem outros diferentes; não é uma exceção que fere os nossos olhos, senão o estado comum dos costumes, das ideias e das paixões; é a grande e universal enfermidade do mundo que se dissolve. Se tudo mudasse amanhã com a proclamação de novos princípios, nada mais havíamos de ver, além do que estamos vendo: os devaneios destes, os furores daqueles. Todos impotentes e infecundos (LESSA, 1913, p. 77).

Entretanto, João Francisco Lisboa e Pedro Lessa não são sujeitos nihilistas. A democracia continua sendo um horizonte para ambos. Diferentemente de parcela considerável dos intelectuais que desiludidos com a República Federalista passam a movimentar

⁴ Rodrigo Turin observa a formulação de uma *persona* narrativa por parte de João Francisco Lisboa: “Esta *persona* narrativa, assumida por Lisboa, seria caracterizada pela acidez e agudeza crítica, em tom satírico, de sua visão de história nacional” (TURIN, s/d, p. 68).



interpretações autoritárias da história e da sociedade, entre eles Sílvio Romero, Gilberto Amado, Oliveira Viana e Francisco Campos. Para Lisboa e para Lessa, a democracia nasce espontaneamente e suplanta o estado geral de corrupção. Ela não é, de maneira alguma, impositiva. De acordo com a passagem de Lisboa compilada por Lessa:

E por mais que a corrupção, a imoralidade e o vício estejam generalizados e patentes, não é impossível fazer calar os bons princípios, se uma voz e uma ação poderosa se fazer ouvir e sentir, porque existem sempre secretas e simpáticas harmonias entre o homem de bem e do gênio que fala e obra, e a multidão que escuta e vê (LESSA, 1913, p. 77-78).

Talvez essa dimensão democrática percebida em João Francisco Lisboa e lançada intencionalmente ao contexto da Primeira República por Pedro Lessa possa ser compreendida a partir da figuração dada ao Timon como um “reformador moralista” por José Murilo de Carvalho. Mesmo acionando uma *persona* crítica, Lisboa acredita em tese, na democracia, algo subscrito por Pedro Lessa, a partir da “capacidade de reforma dos costumes pela ação do próprio homem” (CARVALHO, 1995, p. 19).

Um Modelo de História Pública

A obra de Lisboa é em quase a sua totalidade, formada por artigos de jornal, especialmente do “Jornal de Timon”. Além desses escritos ele nos lega uma biografia inacabada sobre o padre Antônio Vieira. De todo modo, mesmo nessas circunstâncias, o publicista maranhense é qualificado por Pedro Lessa como um historiador. Percebemos que o modelo de história de Lisboa não deixa de estar próximo de certa prática realizada no Instituto Histórico e, também, acompanha certas técnicas investigativas movidas, por exemplo, por Varnhagen, que para Lessa inaugura o campo da “Historiografia” no Brasil. De todo modo, como classificar a proposta de história movimentada por Lisboa?

Para Pedro Lessa, o lugar social de Lisboa já é visível desde as suas primeiras iniciativas como jornalista na década de 1830, como na redação do “Brasileiro”, do “Eco do Norte” e do “Farol Maranhense”. O *ethos* projetado em Lisboa é o do civismo, enquanto que os seus escritos se direcionam para a pátria: “o que nos empolga é a ponderação, o raro descortino do patriota e o conjunto de qualidades superiores do chefe de um partido político, digno de ser, de um homem que nasceu para pastor de rebanhos humanos” (LESSA, 1913, p. 70). A partir da figuração de Lisboa e da sua obra é elaborado um perfil possível para o historiador da República. Ele se dirige à pátria e orienta as “massas” populares de forma



pragmática; é um historiador público. Interessante que o tema historiográfico da pátria inspira uma posição imparcial naquele que se dedica à história.

Dito isso, a certa altura da sua vida o Timon se dedica ao estudo das leis sobre a escravidão, bem como, sobre os costumes e as condições dos cativos. O desejo de Lisboa é redigir uma história do Brasil em que esse capítulo figure não apenas descritivamente, porém, acusado todos os males presentes naquela “maldita instituição, que tanto e tão radicado mal nos tem feito”, no dizeres de Pedro Lessa (1913, p. 73). Doravante, o seu plano mais imediato é lançar um romance histórico de propaganda contra a escravidão, mas, Lisboa demove essa ideia em razão da publicação de “A Cabana do Pai Tomás” (1852), de Harriet Beecher Stowe, pois as ideias e os princípios articulados no romance norte-americano compreendem o seu horizonte de ideias.

Em vista dessa postura como historiador ninguém “parece o mais digno de ser lembrado, nesta vil atualidade” (LESSA, 1913, p. 76). O presente de Pedro Lessa, que como vimos experimenta uma crise da consciência histórica e social, requer um modelo de historiador como o de Lisboa, que se ocupa com os problemas ético-políticos referentes à nação de maneira crítica, não deixando de lado certa dimensão metódica cara ao *métier*. Exemplo: o primeiro volume do “Jornal de Timon” é consagrado a uma análise das eleições e dos partidos políticos existentes no Império; ele encerra em tese, um “quadro fidedigno” dos usos e dos costumes eleitorais e da vida política do Maranhão: “aí temos uma miniatura do que se passava nesse assunto em todo o Brasil” (LESSA, 1913, p. 76).

Vê-se que há particularidades na palheta historiadora de Lisboa: a superação da crônica, a passagem da dimensão episódica para a dos costumes e uma história do tempo presente. Lessa promove certos usos político-historiográficos da obra de Lisboa, dado que o projeta como autor exemplar para o entendimento dos desmandos dos oligarcas da República, das eleições fraudulentas e da corrupção de toda a sorte. O jurista se apropria dos seus escritos historiográficos como forma de clarear a sua percepção da realidade ético-política da jovem República, que em pouco tempo se torna ruína, isto é, antes mesmo de se consolidar já carrega consigo o gérmen da finitude⁵.

⁵ Esse sentimento de desilusão, sobretudo, entre os intelectuais não passa despercebido aos estudos de José Murilo de Carvalho: “A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em



Lisboa também é de certo modo um historiador disciplinado, mesmo fora da instituição reguladora e normatizadora dos estudos históricos no Brasil, ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Entre as preocupações historiográficas de Lisboa encontramos o descobrimento da América e do Brasil, com especial atenção para território do Maranhão e o suposto erro de Portugal na colonização, o qual não ocupa o território adequadamente com artífices e com lavradores, tornando o Brasil um espaço passível de constantes guerras, como as invasões holandesas e francesas. Destaque para o estudo sobre os índios e sobre os jesuítas, as primeiras expedições no Maranhão, a legislação colonial, os “nobres”, os “plebeus” e os africanos no Brasil.

O estudo sobre essas temáticas corrobora com o argumento de Lisboa como historiador. Vê-se que ele não é, nesse sentido, um *outsider* da história do século XIX, mas está inserido em um mesmo contexto epistêmico-historiográfico em que estão, por exemplo, o IHGB e o Visconde de Porto Seguro. Lisboa passa por certo momento do arquivo, é um crítico social mordaz na fase explicativa dos acontecimentos e é detentor de primor narrativo e estilístico se comparado com os seus coevos. “O que imprime relevo ao estilo de Lisboa é a clareza, a concisão, a elegância, a nobreza e a linguagem, e mais que tudo aquela simplicidade” (LESSA, 1913, p. 82), ou seja, o modo de exposição em Lisboa não é apenas forma, mas é, também, conteúdo.

Assim, Pedro Lessa coloca em evidência que o historiador deve manejar bem a linguagem escrita, assim como Lisboa, de modo a imprimir uma exposição formal clara. Tudo isso para que possa se expressar não apenas entre os seus pares, mas com a população como um todo, posto que é ele que, pela crítica social através da pragmática da história, consegue esclarecer e deixar em relevo a dimensão histórica das mazelas sociais. Sobre o seu estilo expositivo Pedro Lessa discorre o seguinte: “a linguagem de Lisboa é a que bem se casa com o seguro critério, o claro entendimento, o espírito penetrante e a austeridade de princípios do historiógrafo, amigo e admirador de Alexandre Herculano e que tanto ilumina alguns capítulos de nossa história” (LESSA, 1913, p. 87).

partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. [...] Quanto ao grosso da população, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto o veículo limitado da imprensa”



Uma diferença de posicionamento de Lisboa perante a história disciplinada majoritária do IHGB é que ele se porta como um americanista⁶, ou seja, o passado que ele faz presente é de reação ao jugo metropolitano e de afirmação da nacionalidade brasileira destituída da sua herança ibérica. Uma passagem compilada por Lessa em que Lisboa retrata os governadores desde o período colonial torna evidente o argumento:

[...] mandões ignaros, corrompidos e perversos, que obcecados pela cobiça, e encarniçados nas lutas civis, e na perseguição da raça desvalida dos índios, calcavam todos os seus deveres, e preteriam todos os outros meios, cujo emprego inteligente conduziria se dúvida e para logo aquela obre colônia à prosperidade agrícola e comercial, de que se viu privada durante o longo período de mais de século e meio (LESSA, 1913, p. 87).

O americanismo de Lisboa é apropriado por Pedro Lessa como forma de efetivar uma crítica não partidária à política republicana. O jurista realiza certos usos políticos do passado (não partidários) através das lentes investigativas de Lisboa. Vejamos:

Ao ouvirdes essas palavras candentes do escritor brasileiro, não vos lembram imediatamente as figuras, tão vulgarizas pelo ferrete da mais justa reprovação pública, de certos governadores de Estados da Federação Brasileira, que parecem repetir, por uma espécie de lei dos “corsi e recorsi” de Vico, os tipos ancestrais dos nossos mandões políticos (LESSA, 1913, p. 87).

Portanto, se há o modelo de história disciplinada que concebe a “Historiografia” como resultado da sua prática, há, também, modelos alternativos, que talvez possamos chamar de públicos, que fazem crítica social. Percebemos, de qualquer forma, que o ideal de história professado por Pedro Lessa congrega ambos os modelos assinalados. Por meio da sua **memória disciplinar**, Pedro Lessa assinala que o americanismo de João Francisco Lisboa incide sobre as temáticas historiográficas por ele pesquisadas, como é o caso da investigação dos primeiros colonizadores do Brasil. Lisboa conclui que a colonização, diferentemente da opinião corrente, não é realizada por pessoas degredadas por crimes na Metrópole.

Essa pesquisa é importante, visto que esse é um *topos* temático entre aqueles que estudam o passado colonial, desde os cronistas aos primeiros grandes relatos da história brasileira. Não é esse, então, o motivo do malogro da colonização portuguesa. Outra análise histórica de Lisboa em que transparece o seu americanismo refere-se ao governo metropolitano português, mais especificamente à sua “boçalidade” que se manifesta, pois, a partir da falta de incentivo a uma colonização agrícola e industrial, o que leva, primeiramente, o território parecer

⁶ Sobre as ideias de americanismo e de iberismo conferir o clássico estudo de WERNECK VIANNA, Luiz. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.



suscetível à invasão e, em segundo lugar, a uma dependência externa de produtos manufaturados. O seu americanismo também se traduz na pesquisa sobre a escravidão e sobre as eleições, conforme já tratado acima. Essa perspectiva de história, partilhada por Pedro Lessa, se associa ao moderno, à democracia, à igualdade, à liberdade e ao materialismo das elaborações sociais contrárias à metafísica orientadora da autoridade política e social⁷.

A Constituição de uma Prática: Varnhagen, “Iniciador da Historiografia Brasileira”

No âmbito das comemorações do centenário de nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen – o Visconde de Porto Seguro –, ocorrido em 1916, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Pedro Lessa, profere uma importante conferência abordando os contextos da obra do historiador sorocabano. Mais do que por meio de estudos biográficos Varnhagen deve se fazer presente, assegura o conferencista, na Primeira República por intermédio dos seus numerosos trabalhos que dão a ele o título de **iniciador da Historiografia brasileira** (LESSA, 1916, p. 615).

Lembrando que a sua obra póstuma “A Independência do Brasil” é publicada pelo Instituto Histórico um ano antes. Quer dizer, os escritos de Varnhagen promovem, destacando a sua “História Geral do Brasil”, princípios metodológicos, disposições epistemológicas, eixos temático-narrativos que configuram a prática do historiador. É em razão dessa aparelhagem historiográfica voltada ao estudo da história brasileira que Pedro Lessa concede à Varnhagen o título de iniciador. Então, mais do que o gênero história geral, desatualizado na Primeira República, o que Varnhagen lega é uma prática historiográfica, na visão de Lessa, exemplar. “Historiografia” para Pedro Lessa, significa todo o processo que envolve a produção do conhecimento histórico.

Além disso, o discurso de Pedro Lessa é uma peça de defesa diante de certa recepção dos escritos do historiador sorocabano ao longo do século XIX e início do XX, bem como da forma como ele opera a sua prática historiográfica. A interpretação do estudioso sobre Varnhagen e a sua obra não deixa de manifestar a constituição de um autor de história⁸, bem como conforma-se, através da categoria “Historiografia”, como um indício das demandas caras à prática dos historiadores na Primeira República.

⁷ Ao se apropriar de João Francisco Lisboa, Lessa também manifesta, na passagem para o século XX, uma concepção de história americanista. Sobre o americanismo na Primeira República ver (MARTINS, 2010).

⁸ Sobre o referido problema recomendo o estudo instigante de Aline Menoncello (2017). Conferir, também, a clássica teorização sobre a autor de Michel Foucault (1992).



O juiz Lessa aborda de imediato, os esforços intelectuais de Varnhagen face ao contexto epistêmico-historiográfico internacional. É evidente para o conferencista, que a sua formação como historiador, em sua época e no ambiente que o circunscreve, está fora da observância dos preceitos modernos da “Historiografia” (LESSA, 1916, p. 616). Mesmo no contexto da Primeira República não existe um perfeito estudioso versado completamente nesses princípios. Pratica-se “Historiografia”, no entender de Lessa (1916, p. 616), somente em países considerados de vanguarda como Alemanha e França, que “adotam os rigorosos processos” de averiguação da verdade histórica e que seguem “fecundos preceitos de Metodologia”.

Todavia, quem mais se aproxima da prática da “Historiografia” no Brasil é o próprio Varnhagen. O seu metodismo e a sua busca pela verdade histórica não são oriundos de manuais, mas do fazer-saber, da prática, do acúmulo de erudição. Por isso, é forçoso reconhecer a operação de conhecimento do historiador brasileiro em razão de modular-se a partir das virtudes epistêmicas da “exatidão” e do “rigor”. Dentro dos seus limites, ele observa os cânones da ciência auxiliar heurística, “procurando penetrar o sentido dos livros e de todos os documentos relativos ao nosso passado”, faz-se versado em idiomas, além de ser perito em artes e conhecer “as nossas antiguidades” (LESSA, 1916, p. 617). Além disso:

[...] da segurança da sua crítica veremos depois a melhor das provas, uma prova pela qual muito poucos historiadores terão passado. No interpretar as fontes e no pesquisar as condições físicas e morais da nação, não descuro o indispensável estudos prévio da Nossa Geografia e da nossa Etnologia (LESSA, 1916, p. 617).

A prática da “Historiografia” se constitui em meio a toda essa disposição epistêmica. Varnhagen não tolera, situando a dimensão da prática da “Historiografia”, o plágio. Em razão dessa prática ele se envolve em algumas polêmicas e com essa atitude inaugura uma **ética historiográfica** no Brasil⁹. Os seus alvos são mais especificamente Alphonse de Beauchamp e Abreu e Lima. Por meio dessas querelas pode-se vislumbrar as suas “qualidades boas e más” como intelectual e como historiador: amor pela verdade e pela justiça, áspera franqueza, certa ingenuidade e um comportamento um tanto quanto irascíveis, escrupuloso cuidado e, não raro, uma minuciosidade na exposição dos fatos e na manifestação dos seus juízos.

Os tão propalados descuidos da forma em seus textos, que muitos consideram “monótonos” e “pesados”, derivam justamente dessa **ética historiográfica** por ele fundada e

⁹ Me aproprio da noção de “ética historiográfica” a partir do sentido proposto por Evandro Santos (2014). Santos se debruça sobre a produção historiográfica de Varnhagen, sendo o seu trabalho fundamental para o aprofundamento de questões apreciadas por nosso texto.



através do metodismo da sua prática de pesquisa. Vê-se que a prática da “Historiografia” ganha contornos por meio de uma postura intelectual, de um domínio de atribuições técnico-cognitivas advindas do saber-fazer e por meio de condutas exemplares, estabelece, então, uma *persona* orientadora para a prática da “Historiografia”.

Dito isso, Pedro Lessa pode, agora, reinserir Varnhagen no circuito europeu de produção historiográfica. Não para comparar o que se faz no Brasil com aquilo que se pratica na Europa, mas para demonstrar o significado da tarefa da “Historiografia” e o que ela representa. A partir do momento em que o Visconde de Porto Seguro se inicia historiograficamente, pensando em sua “História Geral do Brasil” (1854), há ao seu dispor apenas a prescrição (1843) de Martius e modelos de história geral escritos por estrangeiros que podem servir de guia orientador para a sua prática. Para Pedro Lessa, o contexto da primeira metade do século XIX lhe oferece um saber histórico limitado epistemologicamente, dado que não é perpassado pelo crivo da “Historiografia”.

De todo modo, o que vincula a prática de Varnhagen àquela realizada no continente europeu, especialmente na França, é a “caça aos documentos”, potencializando os trabalhos já realizados pelas academias históricas do século XVIII. Dessa arte são recrutados intelectuais que orientam as suas investigações a partir da verdade histórica advinda da pesquisa e do estudo das fontes. Victor Hugo chega a dizer, por exemplo, que para se escrever a história da França faz-se necessário perquirir todos os livros e todas as fontes históricas que de algum modo alimentam informações sobre o país. Em meio a essa preocupação o ministro de Estado François Guizot imprime cunho oficial à tarefa historiadora. Mas de ambos os lados do Atlântico são raras, em tese, as cogitações filosóficas causais (e urdiduras poéticas) sobre os fatos históricos. Insuficientes para situá-los, e isso é uma dimensão necessária para a prática historiográfica, no plano teórico, no caso de Lessa propiciado pelas ciências sociais. Assim:

[...] para a formação de generalizações assentadas nos fatos históricos, para as concepções superiores de História, que apareceram mais tarde com Renan, com Taine, com Fustel de Coulanges; pois, as belas sínteses de Michelet foram produtos de uma fulgurante imaginação do que de uma inteligência servida por métodos severos no domínio da ciência” (LESSA, 1916, p. 660).

Eis, aqui, o passo decisivo para a categoria “Historiografia”: ela deve ser assistida em sua estruturação epistêmica por princípios teóricos de natureza sociológica. Isso, de fato, o Visconde não possui, sendo, então, o seu calcanhar de Aquiles, posto que os seus juízos, os seus



comentários e as suas colocações, mesmo alicerçados pelos horizontes da verdade e da justiça¹⁰, estão destituídos dos moldes teóricos exigidos. A consciência teórica de Lessa projetada junto ao plano explicativo da “Historiografia” torna possível a hibridação de paradigmas sociológicos evolucionistas e pós-evolucionistas, deterministas e pós-deterministas, podendo ser escolhidos, ainda, uns ou outros dependendo da especificidade histórico-social em questão. Exemplo: Lessa acredita haver determinismo psíquico, mas a sua consciência epistemológica está mais próxima do condicionalismo do que do determinismo clássico. Essa é a disposição teórica projetada por Lessa à prática da “Historiografia” e, esse registro epistêmico, possibilita as “sínteses modernistas”.

Para Lessa, Varnhagen é, em termos de prática historiográfica, o nosso Fustel de Coulanges. Estas palavras do historiador francês poderiam muito bem ser do Visconde de Porto Seguro: “o melhor historiador é o que mais se adstringe aos textos, que os interpreta com mais justeza, que só pensa e escreve de acordo com eles” (LESSA, 1916, p. 661). Fustel de Coulanges não hesita, assim como Varnhagen, em sua **ética historiográfica**, ao afirmar que a manipulação de um bom procedimento epistemológico é de interesse tanto da moral quanto da ciência. O descompasso na obra do historiador brasileiro está na forma de exposição: “A história Geral do Brasil bem merecia um pouco mais de cuidado na exposição” (LESSA, 1916, p. 662).

Portanto, em Pedro Lessa o registro da prática da “Historiografia”, também atinge a exposição formal, que se quer clara, concisa e direta. Ela requer, também, a aproximação interdisciplinar (sintética) com as teorias sociais. Disposição ainda não apreendida pelo Visconde. Contudo, “o que atenua as faltas de Varnhagen é a lembrança do peso imenso da tarefa de criador da nossa História” (LESSA, 1916, p. 661). “Historiografia”, diante de todos esses argumentos, está implicada nos horizontes da prática do historiador. O historiador, portanto, faz “Historiografia”.

Varnhagen e os seus Pares: Abertura Historiográfica e Memória Disciplinar

Lessa recobra que ao iniciar os seus trabalhos para a estruturação da sua “História Geral do Brasil” (1854), Varnhagen se depara com o seguinte cenário historiográfico: não há

¹⁰ Temístocles Cezar (2007, p. 178) aponta as disposições epistêmicas da verdade e da justiça em Varnhagen: “Entretanto, encontramos sobretudo alusões aos temas da justiça e da verdade. Esquemáticamente, afigura-se lícito dizer que ser justo e verdadeiro é um efeito de sua formação erudita. São características normativas de todas suas atividades intelectuais. Isso não significa que eu o considere justo e verdadeiro, mas, simplesmente, que ele acreditava sê-lo”.



nenhum plano, nenhum antecessor que possa lhe orientar em sua prática, além da Dissertação de Martius e das poucas “histórias gerais” escritas por estrangeiros. Nenhum brasileiro escreve um livro que possa enquadrar-se no gênero história geral. Antes de Varnhagen há, na leitura de Lessa, as crônicas do período colonial, como as de Gândavo, de Anchieta, de Nobrega e de Gabriel Soares, que, via de regra, não podem ser consideradas histórias *stricto sensu*. Os que vem depois, ou escrevem sobre assuntos pontuais e restritos, como é o caso do Frei Jaboatão, ou estão informados por erros graves, como se percebe na genealogia de Pedro Taques, ou, ainda, oferecem memórias aos seus leitores, isto é, subsídios (não criticados a partir dos preceitos da “Historiografia”) para uma história de maior envergadura, como é o caso de Frei Gaspar da Madre de Deus, de Monsenhor Pizarro e de Luiz Gonçalves dos Santos. Segundo Lessa:

[...] todos esses que vieram depois dos Gandavo, dos Nobrega, dos Gabriel Soares, apenas proporcionaram alguns subsídios, que só podiam ser aproveitados depois de uma rigorosa seleção. Tal foi também o concurso de Ayres do Casal, de Fernandes Pinheiro, Acioli e de alguns outros” (LESSA, 1916, p. 624).

Percebe-se, claramente, os contornos da obra do Visconde de Porto Seguro na leitura alinhavada por Pedro Lessa, a saber: o seu plano supera a crônica, os assuntos que se propõe a investigar estão situados na esfera macro-analítica, ou seja, relacionam-se com a nação e mobiliza tecnologias historiográficas que expurgam os erros e o falso¹¹. Já a obra de Rocha Pita possui, no entender de Pedro Lessa, “colorido poético”, porém é destituída de crítica, omissa em fatos capitais e duvidosa quanto aos objetivos de reforço do “espírito nacional”. Alega-se que o autor pouco recorre às fontes históricas, sendo mais imaginativo do que pensador, mais poeta do que crítico. Além disso, a “História da América Portuguesa” estrutura-se formalmente por meio do panegirico¹².

¹¹ Varnhagen reforça, nesse sentido, uma longa tradição ocidental que busca a verdade pela apuração dos fatos: “A historiografia ocidental, desde sempre, travou uma guerra obstinada contra a ficção. Foi por sua luta contra os mitos, as lendas e fabulações da memória coletiva transmitidas pela tradição oral, que ela criou um afastamento em relação ao discurso comum, forjando-se precisamente dentro da diferença que a creditou como *savante*, ou seja, como discurso portador de conhecimento. Mais do que estabelecer a verdade, com os procedimentos da crítica de documentos, o historiador detecta o que é o falso, equiparando-o à condição de ‘fábula’” (OLIVEIRA, 2011, p. 87).

¹² Pedro Telles da Silveira possui uma leitura mais alargada, justa e contemporânea acerca da obra de Rocha Pita, evitando que caiamos em uma armadilha da **memória disciplinar** forjada por Pedro Lessa: “Pode-se dizer que toda a História de Rocha Pita é modelada a partir do panegirico. Não é à toa, portanto, que ele tenha escolhido Timantes como emblema para sua história, pois este, ao pintar o pouco para sugerir o muito, simboliza, de alguma forma, como as virtudes da composição e da seleção operadas pelo panegirico acabam por salvar a história de sua própria dispersão” (SILVEIRA, 2017, p. 320).



Pela crítica à Rocha Pita vê-se que o historiador não é um artista, tampouco faz elogios, mas situa-se como consciencioso crítico dos fatos e das circunstâncias. É justamente essa postura historiográfica dos seus antecessores que encaminha Varnhagen para o difícil trabalho de estruturação de arquivos e de mobilização da crítica documental, que conseqüentemente lhe oferece a oportunidade de estabelecer uma ética para a moderna “Historiografia brasileira”. O metodismo do Visconde é mais um resultado circunstancial da operacionalização de uma prática e menos a assimilação de um manual de estudos históricos. Isso também pode ser aplicado aos trabalhos do IHGB.

Contudo, antes de Varnhagen há uma história geral que chama a atenção, qual seja, a escrita pelo laureado poeta inglês Robert Southey. Para Lessa, por mais que se exalte o poder de imaginação e de eloqüência contidas nessa *History*, não pôde Southey escrever com “exatidão” e com “segurança” a História Geral do Brasil. Na verdade, retirados os primores da forma, a arte da exposição habilmente construída por Southey, “não conheço mais clamorosa ofensa à verdade e à justiça do que a praticada por aqueles que querem roubar de Varnhagen, para conferir para o poeta romântico inglês, [...] o grau elevado de primeiro historiador do país” (LESSA, 1916, p. 626).

Pedro Lessa admite em sua **memória disciplinar** que Southey não pode ser considerado o nosso primeiro historiador, visto que a sua *History* peca no pouco embasamento geográfico, bem como se atrapalha nas “minúcias”. Ademais, ele é um estrangeiro que desconhece o Brasil. No limite, o poeta inglês está destituído do poder da autópsia. A partir da crítica à Robert Southey observamos mais elementos que circunscrevem a prática da “Historiografia”: conhecimento da geografia, posto que os acontecimentos se desenrolam no tempo e no espaço, censura à imaginação e à retórica e valorização dos intelectuais brasileiros que se querem historiadores, pois são conhecedores da realidade histórico-social do país.

A fortuna crítica de Varnhagen, argumenta Lessa, continuamente coloca a seguinte questão: por qual razão o Visconde de Porto Seguro simplesmente não segue a conhecida Dissertação de Martius, ganhadora de um concurso no IHGB, que tem como horizonte o melhor plano para se escrever a história do Brasil? Alguns apontamentos do naturalista bávaro são, para Lessa, incontornáveis: a mescla das raças e o seu impacto na formação histórica brasileira, as lutas entre os portugueses e os indígenas, bem como a escravidão destes e dos africanos. Tais



pontos são abordados por Martius, tornando-se *topos* temáticos na escrita da história oitocentista.

Mas, parecem injustas e despropositadas as críticas à Varnhagen sobre a sua não “filiação” ao programa de pesquisa do naturalista viajante. Primeiro: porque muitos temas propostos pelo estudioso europeu são abordados por Varnhagen. Segundo: pelo fato de que nem todas as asserções saídas da sua pena são úteis ao campo aberto pela “Historiografia”, o qual demanda a elaboração de um arquivo, a exatidão das descrições, a busca pela autenticidade das fontes, a segurança da crítica e uma teoria do conhecimento que dê significado narrativo para toda a prática.

Como pode – indaga-se Pedro Lessa – um botânico propor um plano para a escrita da história de uma jovem nação em que se vê a recordação de vagas leituras clássicas, como de Heródoto, de Xenofonte, de Tito Lívio ou de Salústio, consideradas obsoletas e a prescrição para a sua elaboração a partir de um poema heroico? Porém, há um historiador consciencioso e verdadeiro, admite Lessa, que desautoriza tais predicativos: Varnhagen, o **iniciador da Historiografia no Brasil**. “Em 1854, não era possível a um espírito sério e instruído conceber a História desse modo. A primeira qualidade do historiador (será preciso repeti-lo?) é a fidelidade nas descrições, a verdade, a exatidão” (LESSA, 1916, p. 631).

Para Pedro Lessa (1916, p. 631), o plano de Martius pode incorrer na falta de verdade por parte do historiador: “a verdade, e só a verdade, no fato e na lei, particular ou geral, transitória ou permanente, é sempre o esforço capital do historiador”. O *epos* prescrito por Martius só é compreensível em livros que são dedicados à instrução secundária, pois nesse contexto pode-se exibir, como forma educativa, os fatos e os quadros históricos aptos a incitarem, nos jovens, o amor à pátria e a aspiração de bem servi-la.

Varnhagen se apresenta próximo de von Martius¹³ ao colocar luz alta em situações que, no Brasil, manifestam o espírito de patriotismo, mas a ele falta a *estese* e algumas outras qualidades do artista. Porém, o Visconde de Porto Seguro tem consciência disso e é defendido por Lessa: “a mais solicita investigação da verdade e ao mais acurado critério na apreciação dos fatos buscou associar a maior simplicidade na expressão, preferindo às galas do estilo a sua

¹³ Arno Wehling não deixa de apontar que mesmo salientado a mescla étnica na formação da nacionalidade brasileira Varnhagen enfatiza o elemento português. Deixa-se em relevo o seu papel no processo de colonização, sendo ele o responsável pela garantia da “expansão territorial” e “pela unidade política” do Brasil (WEHLING, 1999, p. 187).



maior clareza e sobriedade” (LESSA, 1916, p. 633). Para Varnhagen, os textos de história devem concorrer para a promoção da formação das virtudes cívicas e para clarear os horizontes da história nacional. Não através dos artifícios literários ficcionais, tampouco pela oratória, ou pela disposição dramática, ou pelo épico, tal qual entre os historiadores da Grécia e de Roma, porém, por meio do ensinamento dos fatos, quer dizer, pela busca e pela exposição da verdade.

Pedro Lessa e a Apologia da Historiografia

Antes realizar a apologia da “Historiografia”, o ministro Pedro Lessa presta reverência à obra de Varnhagen. As suas disposições historiográficas são consideradas fecundas e quando se reflete o tamanho do seu esforço intelectual não emerge outro sentimento que não seja o de patriotismo:

[...] que nos leva ao sentimento da mais pura gratidão diante da construção monumental, que, examinada sob faces diversas, é um indestrutível monolito, que constituirá para sempre o supedâneo, sobre o qual há de repousar toda a História do Brasil, e um grande foco de luz a iluminar simultaneamente o nosso passado e o nosso futuro (LESSA, 1916, p. 662).

A partir da obra de Varnhagen, defendida e atualizada no presente da Primeira República, Lessa desenvolve uma teoria da historicidade¹⁴. O passado lido pelas lentes da “Historiografia” evidencia com segurança o desvelamento do devir histórico para homens e para mulheres, isto é, racionaliza-se a transformação lenta e gradual da sociedade brasileira em formação, “desde a origem da colônia, iniciada com graves erros, máculas e estigmas”, passando pelos obstáculos do meio físico e pela completa insuficiência de uma direção política, para chegar, então, à “admiráveis períodos de bem-estar, de progresso, de liberdade política e de moralidade administrativa” (LESSA, 1916, p. 663).

O passado tem condições de ensinar o presente em movimento. É a moderna *historia magistra vitae*. A saber: Lessa não é um leitor passivo da obra de Varnhagen. Ele se apropria, pois, da sua dimensão metódica e descritiva, posto que ele é um mestre da empiria e da correção dos fatos, para construir um horizonte de sentido que nega a herança ibérica. A formação da nacionalidade brasileira chega ao seu cume com o advento da Monarquia e, posteriormente, da República agora em crise. Essa experiência intelectual com a história proporcionada pela obra

¹⁴ Sobre a noção de historicidade vale a explicação de Paul Ricouer: “Os homens do passado foram, como nós, sujeitos de iniciativa, de retrospectão e de prospecção. As consequências epistemológicas dessa consideração são notáveis. Saber que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, a contingência na história” (RICOUER, 2007, p. 392-393).



de Varnhagen oferece à Lessa o aprendizado necessário para que ele movimente o seu americanismo historiográfico. Este possui utilidade pública e intelectual, pois ao mostrar-se dotado de fatos verdadeiros possibilita que os agentes sociais da República possam interpretar o Brasil, orientando-se.

Dessa maneira, esse presente em formação, continuando a teoria da historicidade empregada naquele momento por Lessa, pode ser amparado pelas certezas oferecidas pelo saber metodicamente correto sobre o processo histórico. Nessa teoria da historicidade os cidadãos partilham sentimentos cívico-patrióticos. Todos eles concebidos em perspectiva histórica para transporem os inevitáveis momentos sociais anormais, de perturbações sócio-existenciais, de depressão e até mesmo de recuos históricos. O ministro Lessa prega uma possível função social para a história. Além disso, as virtudes morais passam a ter grande utilidade histórico-social na administração dos instantes de “extraordinária prosperidade”, que sabidamente são transitórios. Assim, vê-se que é a história enquanto formação o eixo orientador da vida humana. E, por isso, a necessidade de conhecê-la sob o crivo da verdade da “Historiografia”, que no Brasil é inaugurada por Varnhagen.

Lessa continua a atualização da obra de Varnhagen ante os seus detratores, em virtude de tais acusações assinalarem que os seus escritos se inscrevem no plano político e factual. Para o jurista, esse tipo de história, “árida e seca”, é a que melhor fixa a atenção dos leitores, proporcionando a estes a possibilidade de se extrair “um suco ideal” dos fatos em seus contextos de origem. Lessa, como bom leitor de Fustel de Coulanges, prefere, antes, os esforços da descrição, o prolongando raciocínio, do que “diversões estéticas”. Por isso, o pecúlio de Varnhagen, ainda possui pregnância comunicativa no contexto historiográfico da República. É esse tipo de história que deve se conectar às ciências sociais visando a síntese. De acordo com o palestrante:

Sim, talvez por abstrair um pouco tais imperfeições, vou até me convencer de que essa história, verdadeira e severa, despida dos ornatos mais singelos, que somente dos fatos expostos em toda a sua nudez faz uma eloquente e fecunda lição moral, social política, é a História que nos convém, a que nos ministra os mais úteis ensinamentos” (LESSA, 1916, p. 663).

Cumprido, por isso, que os sócios do IHGB leiam os livros de Varnhagen, pois através das suas páginas aprende-se que o fator “raça” e que o elemento mesológico não são obstáculos para o desenvolvimento dos brasileiros e das brasileiras. Tome como exemplo as suas narrativas sobre a guerra contra os holandeses que, em meio às demonstrações de patriotismo e de



heroicidade, fica patente o valor das “raças” envolvidas na formação da sociedade brasileira e mostra evidente que o meio cósmico nacional e o cruzamento dos vários segmentos étnicos não conformam uma nacionalidade de somenos valor. Interessante essa percepção sobre Varnhagen, primeiro porque Lessa aloca o Visconde de Porto Seguro na vanguarda do pensamento científico da década de 1910, que começa a colocar em estado de suspensão várias ordens de determinismos atávicos advindos da segunda metade do século XIX e segundo porque a razão da leitura de Pedro Lessa não assinala um elogio da colonização portuguesa no Brasil em Varnhagen.

Lessa admite que naquele contexto em que está inserido há uma crise da consciência histórica. As grandes verdades propulsoras da modernidade são abaladas, por exemplo, pelos eventos da Primeira Grande Guerra. O clima histórico que Lessa e parte dos seus coevos experienciam é de imobilidade e de morosidade. “Que é que nos falta neste momento de prementes dificuldades, em que o desânimo e a conseqüente inércia avassalam tantos espíritos” (LESSA, 1916, p. 664)?

O que brasileiros e brasileiras precisam, no entender do jurista, para vencer a presente crise é, pois, o conhecimento da história e a comparação do presente com o passado. Interessante a dimensão retrospectiva impressa por Lessa em sua argumentação. Necessita-se, então, “de predicados que já tivemos, e facilmente podemos readquirir, de qualidades que se formam com algum esforço de compreensão e um pouco de boa vontade”: trabalhar tenazmente, viver com a coragem de sujeitos dignos, respeitar as leis e as autoridades, eleger representantes que inspirem autoridade junto ao povo, criar disciplina e coesão, findar ambições criminosas e corruptas, além de enaltecer o patriotismo. Assim, Pedro Lessa se apresenta como um “moralista reformador” em sentido ético-político. De acordo com as suas palavras:

Refletindo-se, vê-se bem claramente que o remédio para os nossos males está na observância dos preceitos rudimentares da Moral, que, desde os tempos mais remotos até hoje, têm sido aconselhados pelos sacerdotes, pelos apóstolos, pelos educadores, pelos filósofos e pelos estadistas. Não é necessário fazer nenhum milagre, nem revelar nenhum heroísmo raro, nem descobrir nenhuma original solução, nem empreender nenhuma ação extraordinária (LESSA, 1916, p. 665).

De todo modo, a história torna-se uma espécie de profilaxia social. Em situações como as enfrentadas pelo Ocidente no período em torno da Primeira Grande Guerra, em que os sonhos da modernidade se desvanecem sob balas e sob canhões e instaura-se um clima de imobilidade, é a história como processo e como conhecimento, que habilita os agentes sociais a se



reorientarem no tempo. “Em períodos como este, que ora atravessamos, mais claramente se patenteia a incontestável utilidade do conhecimento exato do passado” (LESSA, 1916, p. 665). De todo modo, o que fica é o seguinte: o conhecimento metódico e cognitivamente orientado do processo histórico, a “Historiografia”, serve à vida. Por isso, a obra de Varnhagen é considerada importante para aquele contexto, assegura o jurista mineiro. Não apenas por sugerir uma narrativa e uma interpretação para a história brasileira, mas por instaurar uma **ética historiográfica**, quer dizer, uma maneira exemplar de conceber e de praticar a história.

É por isso que o Visconde de Porto Seguro é o **iniciador da Historiografia no Brasil**. Considera-se que ele transforma fontes em fatos sob o crivo da verdade. Lessa compreende a “Historiografia” como o processo de elaboração do conhecimento histórico do arquivo à narrativa histórica. Em tempos de hesitação do regime de historicidade moderno o conhecimento preciso do passado torna-se um caminho possível para que os agentes sociais superem o sentimento de imobilidade.

Lisboa, Varnhagen e o Historiador Ideal de Pedro Lessa

O que Varnhagen e Lisboa possuem em comum? Desde muito tempo diversas contendas animam os intelectuais que buscam complementar os dois historiadores, em que a qualidade de um absolve a limitação do outro. Lessa consegue em suas conferências de 1913 e de 1916, identificar dois “tipos ideais” de se fazer e de se praticar a história que conjugados, sem a necessária justaposição, oferecem indícios consistentes sobre a figuração do seu historiador ideal para o contexto da Primeira República.

Um disciplinado, de Varnhagen, que se orienta através da constituição da prática da “Historiografia”, invenção no Brasil de Porto Seguro que propicia a normatização das atividades do historiador, e o público, em certa conformidade com os preceitos disciplinares circulantes, por exemplo, no IHGB, mas capaz de subsidiar carências de orientação ético-políticas, como é o caso de Lisboa. Para Fernando Nicolazzi (2013, p. 73), “cada tipo de história possui suas regras próprias e uma maneira particular pela qual ela deve ser realizada. De igual forma, a expectativa que se pode projetar para determinada história deve levar em consideração a espécie na qual ela se insere”.

As duas matrizes, em um movimento de aproximação e de distanciamento respondem às exigências de Lessa por um tipo ideal de história na Primeira República. A partir desses dois modelos a figuração do *métier* passa a atender aos seguintes pressupostos epistêmicos: 1) o



historiador almeja a verdade com exatidão e com imparcialidade; 2) o historiador possui um método (mesmo que advindo do saber-fazer); 3) o historiador trabalha com um corpus de fontes, instaurando, então, um arquivo; 4) o historiador deve possuir um estilo narrativo claro e, via de regra, descritivo (observacional, diria Lessa), pois fala para diversificados públicos; 5) o historiador veta a imaginação e a retórica; 6) o historiador movimentava modelos teóricos de matriz sociológica (pós-evolucionismo clássico) no processo da síntese; 7) o historiador necessita ter como referente a pátria e promover a crítica ético-política, suprindo, então, as carências públicas do presente. A “Historiografia brasileira” na Primeira República apresenta-se, portanto, em movimento a partir da leitura, que se quer complementar, desses dois modelos de história do oitocentos realizada por Pedro Lessa.

A história assim instaurada na Primeira República, leva o jurista mineiro a enfrentar o clima de desilusão experienciado por parcela significativa da intelectualidade brasileira da década de 1910. A prática da “Historiografia” pode ser uma maneira, também, do historiador portar-se politicamente (não partidário), desde que fusionada aos horizontes do historiador público. Toda aquela aparelhagem epistemológica faz do seu praticante o informante de um conhecimento verdadeiro sobre a realidade. Não são poucos os intelectuais que admitem que essa disposição historiográfica possui alto valor patriótico. De posse desse saber pode-se, imparcialmente, realizar a crítica social e manifestar-se diante das mazelas sociais públicas. E isso, de maneira correta e distante da ilusão das sínteses destituídas de empiricidade, muitas das quais de cariz autoritário.

Pedro Lessa se porta nessa conferência como historiador, mais do que como juiz. Um historiador que se inicia lá em 1900 com a monografia “É a história uma ciência?” e que se torna um assíduo frequentador das reuniões do IHGB, chegando até mesmo a tornar-se o seu vice-presidente. Mas, qual o posicionamento ético-político de Pedro Lessa após se armar historiograficamente? Democrático reformador (plano moral em evidência), pois ele faz a crítica reformista imparcial das mazelas sociais e dos descaminhos das instituições localizadas no presente, assim como João Francisco Lisboa, e procura ser metucioso, objetivo e justo em suas intervenções, como Francisco Adolfo de Varnhagen. Em meio àquela atmosfera de imobilidade a crítica às instituições proposta por Lisboa aparece como uma orientação possível para o exame e para o julgamento das instituições oligárquicas, do atraso social e dos descaminhos do federalismo na República.



Tudo isso distante do autoritarismo e dos seus usos políticos do passado, mas por intermédio de um saber exato, justo e verdadeiro da história, da forma como é elaborado por Varnhagen. Lessa, expondo o significado da prática da “Historiografia” e admitindo a possibilidade da crítica ao historiador, não impõe nenhuma solução para o momento de crise político-social do Brasil a não ser o conhecimento da história vista em processo de formação, deixando isso ao encargo da sociedade, posto que os princípios éticos passíveis de reforma, devem acompanhar as dinâmicas democráticas.

Referências

- ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. **Desilusão republicana – percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto**. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v. 8, n. 15, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.
- LESSA, Pedro. Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Francisco Adolfo de Varnhagen. **RIHGB**, Tomo 80, Parte II, 1916.
- LESSA, Pedro. João Francisco Lisboa. **RIHGB**, Tomo LXXVI, Parte I, 1913.
- MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República. **Política e Sociedade**, v. 9, n. 17, 2010.
- MENONCELLO, Aline Michelini. A escolha de Pedro Lessa: João Francisco Lisboa, o historiador patriótico. **XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, Santa Catarina, 2015.
- MENONCELLO, Aline Michelini. Julgamento a serviço da história. **História da Historiografia**, v. 9, n. 22, 2016.
- NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. **História da Historiografia**, n. 13, 2013.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 18, 2020.
- RICOUER. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.



SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de João Francisco Lisboa no Jornal de Timon. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

SILVEIRA, Pedro Telles. O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na *História da América portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita. **Temporalidades – Revista de História**, vol. 9, n. 2, 2017.

TURIN, Rodrigo. **João Francisco Lisboa (1812 – 1863)**, s/d. Disponível em: https://www.academia.edu/36987967/Jo%C3%A3o_Francisco_Lisboa Acesso: 19 dez. 2019.

VIANNA, Luiz. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.